

Série REALIDADE RURAL

Diagnóstico do Setor Leiteiro do Rio Grande do Sul no Âmbito do MERCOSUL

Elaborado por: Engº Agrº Dirney Fernandes
EMATER/RS

Colaboração: Aluizio Terra de Oliveira
Méd. Vet./EMATER-RS
José Carlos Paiva Severo
Méd. Vet./EMATER-RS

VOLUME

17

Diretoria da EMATER/RS

Presidente: Júlio Carlos Feldens

Diretor Administrativo: Paulo Roberto Terroso

Diretor Técnico: Jair Seidel

Grupo de Trabalho MERCOSUL - EMATER/RS

Henrique Roni Borne - Coordenador do Setor Pêssego

José Ivan da Rosa - Coordenador do Setor Tomate

Norman Simon - Coordenador do Setor Maçã

Luis Ataídes Jacobsen - Coordenador do Setor Trigo

Aurelino Dutra de Farias - Coordenador do Setor Soja

Eniltur Anes Viola - Coordenador do Setor Milho

Gesner Nunes Oyarzábal - Coordenador do Setor Mandioca/Feijão

José Mauro Cachapuz - Coordenador do Setor Bovinos de Corte

Henrique Augusto Bartels - Coordenador do Setor de Suínos

Fernando Ripalda de Freitas - Coordenador do Setor de Ovinos

Aluizio Terra de Oliveira - Coordenador do Setor de Leite

Darci Barros Coelho - Apoio em Administração Rural

Narciso G. de Castro - Apoio em Administração Rural

Naira de Azambuja Costa - Digitação e Sistematização de Dados

Renan Corá de Lima - Revisor Técnico

Marcos Newton Pereira - Coordenador do GT MERCOSUL

Paulo Ebling Rodrigues

Chefe do Departamento de Planejamento

José Luiz Bortoli de Azambuja

Chefe do Departamento de Operações

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Agricultura e Abastecimento



SÉRIE
REALIDADE RURAL - VOLUME 17

Diagnóstico do Setor Leiteiro do Rio Grande do Sul no Âmbito do MERCOSUL

Elaborado por: Engº Agrº Dirney Fernandes
EMATER/RS

Colaboração: Alúzio Terra de Oliveira
Méd. Vet./EMATER-RS
José Carlos Paiva Severo
Méd. Vet./EMATER-RS

Porto Alegre, 1995.

SÉRIE REALIDADE RURAL, v.17

Esta série contém trabalhos elaborados por técnicos do Grupo de Trabalho MERCOSUL da EMATER/RS para subsídio dos Escritórios Regionais e Municipais.

EMATER/RS-ASCAR
Rua Botafogo, 1051 - CEP 90150-053 - Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (051)233 31 44 - Fax: (051)233 95 98

1995

F363p FERNANDEZ, D.
Programa do Setor Leiteiro do Rio Grande do Sul no Âmbito do MERCOSUL. Porto Alegre:
EMATER/RS, 1995.
41p. (EMATER/RS. Realidade Rural, 17)

CDU 339.92:636.2.034

APRESENTAÇÃO

O Setor Leiteiro do Estado do Rio Grande do Sul é, no cenário do MERCOSUL, um dos que se apresentam sensíveis para a competitividade da integração. Isto nos impinge a preocupação e a necessidade de divulgar e fazer circular as informações disponíveis, no espectro mais amplo, que nos for possível.

Com esta diretriz estamos publicando o texto organizado pelos técnicos em epígrafe, neste número da Série Realidade Rural, que se soma a uma outra gama de trabalhos de consultoria, que têm parametrizado a participação brasileira diante da produção regional, nesta nova realidade de Mercado.

Todos estes documentos, que fazem parte do Banco de Dados MERCOSUL da EMATER, reiteram que os paradigmas em nível mundial têm em conta a qualidade, a eficiência, e a estabilidade produtiva.

Desta forma tem-se muito o que proceder para reestruturarmos o setor leiteiro gaúcho. A polêmica sobre o que fazer pode iniciar pela discussão do abastecimento.

O Brasil é o maior produtor de leite da região relativizando proporções, em números, duas vezes maiores que a produção argentina, 15 vezes a uruguaia, e 70 vezes a paraguaia.

Entretanto a produção brasileira, isoladamente singular, é ineficiente para abastecer sua população, caracterizando o país como grande produtor que possui subabastecimento e subconsumo. Salienta-se, por outro lado, que embora o Brasil seja o grande produtor da região, tem um dos rendimentos de produtividade mais ineficientes do MERCOSUL, o contrário ocorrendo aos produtores uruguaios e argentinos

Esta configuração definiu, para os últimos, uma realidade que os levou a conquistar experiência e tradição como exportadores de produtos lácteos, com bons níveis de eficiência, restando ao Brasil a condição de ser o principal, e mais importante mercado para estes países.

Os parceiros do MERCOSUL complementam, desta maneira, a demanda da população brasileira, que tem o consumo per capita de leite variando de 90 a 100 litros por ano. A estratificação deste consumo se apresenta conforme sua composição de classes sociais. Consome o leite tipo C 94% da população, o leite tipo B, 5,4%, e 0,3% das pessoas adquirem o leite tipo A.

A Argentina possui outro dimensionamento de mercado, consome de 180 a 200 litros/hab./ano, mas a produtividade de seus produtores lhe garante o auto-abastecimento e o potencial exportador. O mesmo se repete no Uruguai.

Nesta posição de mercado, a reestruturação gaúcha deve prioritariamente direcionar-se para a melhoria de condições dos produtores estabelecidos, estudando-se criteriosamente o surgimento das bacias leiteiras, capazes de conviverem com a eficiência das parcerias.

A eficiência produtiva dos parceiros argentinos e uruguaios se deve a seu diferencial edafoclimático, mas também por suas políticas tecnológicas e de práticas de preços.

Os diferenciais das planilhas de custos de produção na região integrada são expressivos, o que não significa diferença de preço para o consumidor. O produtor argentino produz leite a um custo 25 % mais baixo do que seu colega brasileiro. Isso tratando-se do leite tipo C. Os custos para produzir um litro de leite estão em torno de US\$ 0,17 na Argentina e no Brasil, US\$ 0,23, e US\$ 0,24 no Rio Grande do Sul. No entanto, o preço pago pelo consumidor na Argentina hoje, em dólar, fica próximo dos valores do leite C brasileiro. Esta situação indica que o Brasil é mais competitivo na distribuição e no processamento do leite.

As diferenças de custo de produção, frente às distâncias entre a zona produtora e os centros de consumo, e o conseqüente custo de transporte levam a pensar que o mercado integrado se estabelecerá crescentemente através dos produtos industrializados, e não in natura, diminuindo, assim, os receios de concorrência no mercado do leite para pronto consumo.

A produção argentina provém em sua maior parte da região pampeana úmida (90%), proporcionando-lhe a diferença edafoclimática que repercute o diferencial de planilha de custos, auferindo-lhe vantagens comerciais. Também o Uruguai possui esta renda diferencial.

Tal contexto pode ser enfrentado através de processos tecnológicos na produção, relacionados com a distribuição e processos industriais integrados.

Este é o ponto primeiro que se deseja enfatizar ao se desenvolver a discussão da reestruturação do setor leiteiro, porque, caso não se tomem providências desta ordem, ter-se-á grande seleção social no contingente produtor.

A previsão é de que, permanecendo a atual situação, sejam remanescentes do processo integrativo um número em torno de 10% dos produtores brasileiros hoje registrados como leiteiros, reiterando, pois, a necessidade de se reverem os projetos para o setor, que os levem a ganhos de produtividade.

O consenso das consultorias contratadas, pelo SGT-8 - Políticas Agrícolas, recomenda terem-se atitudes de capacitação técnica, de gestão, e de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Entretanto, a experiência pragmática do setor aponta que a tecnologia de ponta, nesta criação, exige insumos e equipamentos de alto custo, limitantes a estes produtores que não têm capacidade de pagamento para créditos bancários. Assim existe uma equação a ser resolvida para se conquistarem escalas de produção na região. Este é o desafio histórico, e mais do que nunca contemporâneo.

Paralelamente a esta limitação ocorre a carência de infra-estrutura como estradas, eletricidade, telefonia, e outras, que são necessárias para os incrementos de produção e resolução do custo do transporte.

As medidas transformadoras, que desafiam o setor leiteiro sul-rio-grandense, devem acabar com a sazonalidade responsável pela má qualidade, e empecilho da modernização setorial. Uma das sugestões apontadas para a superação desta deficiência é alterar-se a política de preços atualmente praticada.

Este incremento da política do leite no país, associado à mudança de comportamento do setor de laticínios pagando o produto pela qualidade, pode minimizar a debilidade das unidades produtivas da matéria-prima e de um setor da agroindústria importante que poderá ser atingido. Trata-se da produção da indústria artesanal gaúcha. A demanda mantendo-se reprimida implica em ter-se que unir esforços para a reestruturação, em parcerias regionais, na tentativa de preservar a produção de queijos

artesanais, modernização do equipamento disponível nos estabelecimentos e aperfeiçoamento das práticas profissionais em nível da produção rural.

Tal debilidade na estrutura produtiva, uma vez superada, tem a oportunidade de fortalecimento da indústria como um todo, em função da maior disponibilidade de matéria-prima.

A reestruturação do setor industrial artesanal reitera-se como ponto a ser atendido, visto que este conjunto heterogêneo, em que convivem plantas modernas e unidades artesanais especializadas na produção de queijos e manteigas, tem como tendência a concentração em agentes industriais mais modernizados.

No cenário industrial desenvolvido, o Brasil é o mais competitivo.

As indústrias de laticínios bem estruturadas estão melhor equipadas em capacidade instalada, tecnologia de produção, têm um bom posicionamento comercial, e uma estrutura industrial penetrada por transnacionais com controle dos circuitos comerciais. Atualmente as multinacionais investem no mercado de maior valor agregado, como a produção de petit suisse, e iogurtes.

Neste segmento de produção, o Rio Grande do Sul está bem situado.

Os produtos industriais, que tendem a ter seu mercado aquecido, são o leite em pó, os queijos, o leite longa vida (UHT) e outros elaborados, e se diagnostica uma necessidade de diversificação na indústria do queijo e do leite em pó, e o aproveitamento integral do soro.

A Argentina possui um setor industrial de dimensões nacionais e transnacionais abastecido por uma forte estrutura fornecedora de matéria-prima. Possui também estratégias comerciais dinâmicas, com uma diferenciação de produtos e de segmentos de mercados. No entanto, tem como ameaça o fechamento de indústrias pequenas diante da dimensão agroindustrial brasileira, que reduz os custos de seus produtos. A produção de leite em pó na Argentina custa 9% mais que o produzido nas indústrias brasileiras. Em contrapartida, este parceiro conta com as oportunidades de ampliação do consumo, na região integrada.

O Uruguai tem uma estrutura de produção em crescimento, com o aumento de produtividade e qualidade de matéria-prima. A produção de leite no Uruguai cresceu em média 5% ao ano, nos últimos 10 anos, evidenciando sua seleção empresarial, ao reduzir o número de produtores, no mesmo período. Cresce também a oportunidade de ampliação de seu mercado, e decorrente fortalecimento de sua indústria pela associação com outras concorrentes da região.

O Paraguai possui unidades produtivas de matéria-prima em dimensões médias e pequenas, com potencial de crescimento tecnológico, e possível aquisição de economias de escala. Suas debilidades no setor industrial são compensadas justamente por este estímulo que tem na perspectiva do intercâmbio técnico.

A conjuntura que compõe tal cenário pode ser adequada no processo da integração. O fundamental, entretanto, é que a região conquiste a coesão diante de terceiros mercados.

Existe a necessidade de fortalecimento competitivo ante os terceiros países e terceiros mercados, que se encontram fortemente subsidiados. A produção em nível mundial se caracteriza por políticas protecionistas, que devem continuar até após o ano 2000, contando com crescente desenvolvimento tecnológico.

O leite nacional, avaliam os consultores do SGT-8 - Políticas Agrícolas, poderia ser competitivo, caso os preços internacionais do produto concorrente de terceiros mercados não fossem rebaixados por subsídios, e o país não exportasse impostos. Políticas de resguardo diante de práticas desleais de comércio, e desenvolvimento de novos potenciais derivados da integração são necessidades de suporte às ações de reestruturação setorial.

As previsões são de que, em termos gerais, o sistema agroindustrial lácteo continue crescendo, já que a maior oferta dos demais países parceiros não seria suficiente para abastecer o crescimento de consumo projetado para a década.

Visto que a maior parte do leite demandado no Brasil é o fluido (63%) e que os produtos citados anteriormente não são consumidos por todos os estratos da população, supõe-se este ajuste de mercado como paulatino, e proporcional ao acréscimo de poder aquisitivo.

Refere-se que um crescimento de renda na população pode incrementar a venda de tipo B, estimulando a cadeia de laticínios no sentido da qualidade do produto pelo consumo das camadas mais abastadas, bem como o crescimento do tipo C no consumo das camadas mais populares. Uma elevação de apenas 10% no consumo de leite e derivados seria suficiente para ultrapassar a exportação recorde da Argentina ao Brasil. Lembra-se, ainda, que a Argentina, após a estabilidade econômica e contenção da inflação, teve seu consumo acrescido em 20%.

Pode-se lembrar, também, que no ano do Plano Cruzado brasileiro, quando ocorreu o aumento de renda do consumidor, a demanda não atendida pelo setor leiteiro nacional foi abastecida por 271 mil toneladas de produtos lácteos importados. Isto significa uma dimensão três vezes maior que a média histórica da época.

Reverendo-se todas estas informações, considera-se que repensar o setor leiteiro gaúcho, recuperando políticas e ações já pleiteadas, e por vezes projetadas, é a pauta oportuna.

Entende-se, por isso, que divulgar os dados existentes, com vistas a ajudar a realização destes projetos ou atitudes que reestruturem a produção do leite gaúcho, é nossa missão extensionista, e o trabalho realizado pelos técnicos nesta Série Realidade Rural nº 16 traz importante contribuição ao nosso grupo de trabalho da EMATER/RS e à sociedade agrícola gaúcha.

A Coordenação do GT-MERCOSUL/EMATER-RS.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 IMPORTÂNCIA DO PRODUTO	11
2.1 Em Nível Internacional.....	11
2.2 Em Nível Nacional.....	12
2.3 Produção Estadual.....	14
2.3.1 Regiões Produtoras	15
3 CARACTERÍSTICAS DA ATIVIDADE LEITEIRA NO RIO GRANDE DO SUL.....	17
3.1 Sistema de Produção.....	17
3.2 Estratificação de Produtores no Rio Grande do Sul.....	18
3.3 Rebanho Leiteiro no Rio Grande do Sul	19
3.4 Organização de Produtores	19
3.5 Planilha de Custos - Brasil.....	20
3.5.1 Avaliação.....	20
4 COMERCIALIZAÇÃO	23
4.1 Rede de Recebimento e Beneficiamento de Leite.....	23
4.2 Industrialização.....	24
4.2.1 Volumes Industrializados	24
4.2.2 Custo Industrial.....	24
4.3 Fluxos Geográficos	25
4.3.1 Importação.....	25
4.3.2 Exportação.....	26
4.4 Sistema de Transporte.....	26
4.5 Custo de Comercialização.....	27
4.5.1 Fretes.....	27
4.5.2 Comissão Varejista.....	27
4.5.3 Carga Tributária	27
5 MERCADO	29
5.1 Mercado Estadual.....	29
5.2 Preços.....	30
6 AÇÃO GOVERNAMENTAL	33
6.1 Normas de Classificação e Padronização de Embalagem.....	33
6.2 Estrutura da Inspeção.....	33

7 ASPECTOS DESFAVORÁVEIS E PROPOSTAS DE AÇÃO	35
8 CONCLUSÃO	39
9 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	41

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista que o segmento de produção de leite tem fundamental importância econômica e social no sistema produtivo do Estado do Rio Grande do Sul, o fato da integração econômica dos países do CONESUL (MERCOSUL) traz a necessidade de aprofundados estudos de maneira que tal situação não venha desestruturar toda a cadeia ligada ao segmento.

Numa avaliação de pessoas envolvidas no setor leiteiro, chega-se facilmente ao número de 700.000. Cerca de 85.000 produtores inspecionados com suas famílias somam 320.000 pessoas dependendo total ou parcialmente do leite. Há a categoria de suporte de fornecimento de infra-estrutura e insumos, são os fornecedores estimados em 80.000, que com suas famílias alcançam 320.000 pessoas. As famílias de 900 transportadores, 4.095 empregados de indústrias e postos de recepção de leite, 18.500 ligados à comercialização, totalizam mais 93.980 pessoas. (Dados, 1991)

Isto significa que o total atinge 733.980 pessoas, aproximadamente 9% da população gaúcha.

Por todo este envolvimento, é muito preocupante a situação do Estado, que por estar ligado diretamente aos dois principais produtores de leite do MERCOSUL, levando em conta sua produtividade e profissionalização, certamente sofrerá o primeiro impacto com a abertura de fronteiras.

2 IMPORTÂNCIA DO PRODUTO

2.1 Em Nível Internacional

Produção dos principais países (milhões de litros):

Localidades	1988	1989	1990	1991
CEE	92.280	99.000	98.885	97.175
USA	65.975	65.431	67.274	67.370
Canadá	7.829	7.562	7.537	7.458
Nova Zelândia	7.408	6.877	7.364	7.384
Polônia	11.351	11.726	10.124	7.954
Checoslováquia	6.227	6.392	6.243	4.872
Argentina	6.133	6.725	6.500	6.650
Uruguai	947	1.020	1.040	1.061
Paraguai	202	205	210	215
Brasil	13.311	13.609	14.200	15.000
Rio Grande do Sul	1.342	1.435	1.453	1.540

Fonte: IICA; FAO, 1992.

De acordo com os dados do bloco do MERCOSUL, no período de 1988 a 1991, a produção teve crescimento de 12,7% no Brasil, 8,4% na Argentina, 12,1% no Uruguai, 7% no Paraguai. Enquanto isso, em países como o Canadá, Polônia e Checoslováquia, houve decréscimo de 5,7%, 29,9% e 21,7% respectivamente no mesmo período. Agrupando os principais produtores mundiais, CEE e USA, o crescimento foi de 3,9% com uma tendência atual de redução. Já o Estado do Rio Grande do Sul cresceu 14,7%.

2.2 Em Nível Nacional

Principais Estados produtores:

A situação da participação leiteira no Brasil mantém-se praticamente estabilizada nos últimos três anos, chegando à casa dos 14,7 bilhões de litros em 1991.

Em termos de regiões, a região Sudeste, que compreende o Estado de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, produz mais da metade da produção brasileira, 6,8 bilhões de litros de leite. A região Sul vem a seguir, com 3,2 bilhões de litros produzidos nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

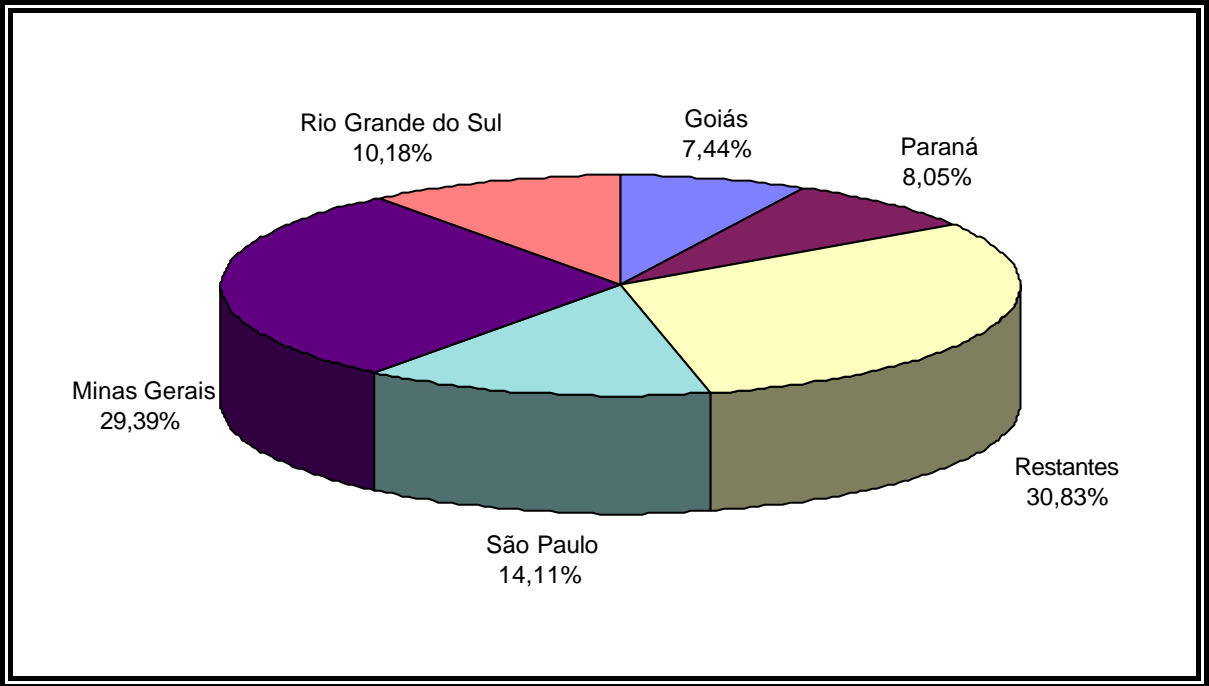
Como Estado produtor, Minas Gerais destaca-se com 4,142 bilhões de litros, seguido de São Paulo com 1,988 bilhões de litros, Rio Grande do Sul com 1,434 bilhões de litros, Paraná com 1,134 bilhões de litros e Goiás com 1,048 bilhões de litros.

Produção por Região e por Estado

Localidade	1987	1988	1989
REGIÃO NORTE	363.252	347.862	463.057
Rondônia	62.077	71.171	83.760
Acre	17.174	18.549	19.347
Amazonas	30.448	33.078	34.705
Roraima	8.426	12.354	12.960
Pará	242.633	210.791	216.220
Amapá	2.494	1.920	1.513
Tocantins	-	-	94.542
REGIÃO NORDESTE	1.647.453	1.786.964	1.965.291
Maranhão	98.067	107.342	124.156
Piauí	42.405	52.275	55.414
Ceará	222.054	224.671	225.459
Rio Grande do Norte	105.413	118.001	126.162
Paraíba	133.441	141.654	173.872
Pernambuco	262.950	288.502	305.544
Alagoas	84.582	105.682	143.791
Sergipe	65.000	75.031	94.608
Bahia	633.541	673.805	716.286
REGIÃO SUDESTE	6.580.331	6.690.698	6.806.661
Minas Gerais	3.938.926	4.054.991	4.142.890
Espírito Santo	277.609	282.476	281.815
Rio de Janeiro	396.028	409.996	393.239
São Paulo	1.967.768	1.943.236	1.988.717
REGIÃO SUL	2.862.791	3.089.827	3.240.277
Paraná	1.059.774	1.125.335	1.134.165
Santa Catarina	612.233	622.443	671.163
Rio Grande do Sul	1.190.784	1.342.084	1.434.949
REGIÃO CENTRO-ESTE	1.542.670	1.606.530	1.619.571
Mato Grosso do Sul	333.388	348.267	372.547
Mato Grosso	136.580	141.314	188.343
Goiás	1.061.170	1.105.418	1.048.807
Distrito Federal	11.532	11.532	11.573

Fonte: CCGL, 1992.

PERCENTUAL POR ESTADO



2.3 Produção Estadual

A situação leiteira no Estado tem crescido sistematicamente nos últimos cinco anos, média de 3%, sendo significativo o aumento alcançado no ano de 1992.

Rio Grande do Sul - Produção Anual Estimada e Inspeccionada (*)

Ano	Estimada Litros	Cresc. (%)	Inspeccionada Litros	Cresc. (%)	Inspec. Estim. (%)
1987	1.190.784.000	0,22	592.665.549	4,94	46,34
1988	1.342.048.000	12,70	621.943.045	4,94	46,34
1989	1.396.564.000	4,06	622.107.756	0,02	44,54
1990	1.453.295.000	4,06	636.871.861	2,37	43,82
1991	1.540.492.000	4,06	671.235.945	5,39	43,57
1992	1.663.731.000	8,00	734.421.264	9,41	44,14

(*) O dado estimado e referido no ano de 1989, difere do apresentado na página 12, por se tratar de fontes distintas.

Fonte: Rio Grande do Sul. DFARA, 1993.

Um fator positivo na produção leiteira gaúcha é a diminuição de estacionalidade. Programas específicos de estímulo aos produtores, aplicados pela indústria, têm contribuído para que a produção ganhe maior estabilidade durante o ano.

Como exemplo, temos a produção mensal e inspeccionada no Rio Grande do Sul:

(Em Litros)

Mês	1990	1991
Janeiro	58.763.191	55.221.607
Fevereiro	50.364.464	48.361.134
Março	49.772.233	48.764.752
Abril	40.805.233	43.945.824
Mai	40.702.004	42.810.823
Junho	39.939.228	48.870.119
Julho	47.753.515	57.253.070
Agosto	57.889.408	63.625.109
Setembro	56.190.694	64.919.368
Outubro	67.631.988	66.823.147
Novembro	60.477.916	66.710.496
Dezembro	60.477.916	66.710.496

Fonte: Rio Grande do Sul. DFARA, 1992.

Elaboração: CORLAC.

A diferença entre o mês de maior produção e o de menor, nos anos de 1990 e 1991, diminuiu de 41% em 1990 para 36% em 1991.

2.3.1 Regiões Produtoras

As principais bacias leiteiras do estado estão localizadas nas regiões coloniais. A seguir, as regiões em ordem decrescente de produção:

1) Grande Santa Rosa

- Ijuí
- Três de Maio
- Santo Cristo
- Giruá
- Cerro Largo
- Panambi
- Três Passos
- Crissiumal

2) Vale do Taquari

- Lajeado
- Estrela
- Bom Retiro do Sul
- Teutônia
- Arroio do Meio
- Encantado
- Roca Sales
- Cruzeiro do Sul
- General Câmara
- Paverama
- Imigrante

3) Alto Uruguai

- Erechim
- Campinas do Sul
- Sertão
- Getúlio Vargas
- Aratiba
- Barão do Cotegipe
- Viadutos
- Áurea
- Jacutinga
- São Valentim
- Erval Grande
- Marcelino Ramos
- Gaurama
- Severiano de Almeida

4) Região Metropolitana

- Porto Alegre
- Gravataí
- Viamão
- Montenegro
- Taquara
- Guaíba
- Santo Antônio

5) Região de Pelotas

- Pelotas
- São Lourenço do Sul
- Rio Grande
- Capão do Leão
- Arroio Grande
- Canguçu

6) Bagé

- Bagé
- Hulha Negra
- Candiota

3 CARACTERÍSTICAS DA ATIVIDADE LEITEIRA NO RIO GRANDE DO SUL

Caracterizada por estar situada na zona colonial do Estado, por apresentar uma baixa média por produtor e, na grande maioria das propriedades ser uma atividade secundária, geralmente exercida pelas mulheres, a atividade leiteira apresenta-se de modo geral com baixo nível tecnológico, consideráveis deficiências de capacitação dos produtores e pouquíssima capacidade de investimento. Tem ainda longo caminho a percorrer até atingir o grau de desenvolvimento de países grandes produtores.

Pela política praticada, ou melhor, pela falta de uma política estável para produzir, o leite caracterizou-se nos últimos 15 anos por apresentar um crescimento horizontal das bacias leiteiras. As indústrias e cooperativas foram incorporando novas regiões, enquanto regiões mais tradicionais e com melhor nível tecnológico e genético de seus rebanhos foram sendo desativadas pelos elevados custos de produção que apresentavam.

A expansão verificada teve socialmente um importante papel, pois incorporou novos produtores na cadeia de produção, gerando riquezas em novas regiões. Mas, tecnicamente, com o aumento na área abrangida, gerou custos adicionais de transporte, afastando a produção dos grandes centros consumidores do Estado.

Outra característica importante a ser considerada é o elevado percentual de leite produzido e consumido "in natura", 56% do total, demonstrando uma falta de conscientização por parte de produtores e consumidores para os riscos do consumo de produtos lácteos, sem a devida inspeção e pasteurização. A diferença entre o preço pago aos produtores pelas empresas e o preço pago pelos consumidores, pelo litro de leite, atua como fator de incentivo à comercialização direta de leite cru e subproduto.

3.1 Sistema de Produção

O sistema de produção de leite no Rio Grande do Sul é caracterizado pela grande pulverização de produtores, com mais de 60.000 entregando até 30 litros/dia. Possuem baixa produtividade em seus rebanhos, com mais de 50% das propriedades não atingindo a média de 1.500 litros/vaca/ano. Conforme pesquisa rural realizada pela EMATER, a produtividade média no Estado está em 1.539kg/vaca/ano, com uma média de 4,2litros/vaca/dia. A produtividade média por hectare atinge 895,52kg leite/ano.

Outros dados que refletem a situação da pecuária leiteira gaúcha são os seguintes:

- Nº médio de vacas por propriedade: 07 cabeças
- Média de idade na 1ª cria: 33 meses
- Usam inseminação artificial: 45,72%
- Usam silagem: 10,46%
- Usam cerca elétrica: 43,92%
- Têm estrumeira: 29,98%
- Usam ordenhadeira: 12,95%
- Vacas dormem no estábulo: 50,50%
- Taxa natalidade: 75,45%

3.2 Estratificação de Produtores no Rio Grande do Sul

Litros/Dia	Produtores		Produção (%)
	(Nº)	(%)	
1 - 10	30.515	35,9	10,8
11 - 20	26.690	31,4	23,3
21 - 30	11.475	13,5	17,2
31 - 50	9.860	11,6	21,8
51 - 100	4.760	5,6	17,4
+ 100	1.700	2,0	9,5
Total	85.000		

Analisando a estratificação de produtores, verificamos um considerável número na faixa de 1 - 10 litros, 30.515 produtores, representando somente 10,8% da produção.

Os órgãos de assistência oficiais e das empresas laticinistas estão dirigindo e concentrando trabalho na faixa de produtores acima de 10 litros, com objetivo de a médio prazo atender produtores acima de 30 litros.

A profissionalização dos produtores, com a conseqüente elevação da média de litros por produtor, é um objetivo que está sendo perseguido. As grandes distâncias e o elevado número de paradas realizadas pelos caminhões de coleta têm aumentado o custo de produção.

O total de 85.000 produtores refere-se unicamente àqueles que entregam leite comercialmente às empresas industrializadoras. Representa 44,15% do total de leite produzido no Estado.

3.3 Rebanho Leiteiro no Rio Grande do Sul

O rebanho bovino no Estado tem praticamente se mantido estável nos últimos anos, não se desenvolvendo como em outros Estados.

Os dados registrados pelo setor leiteiro apontam os seguintes índices de participação do Rio Grande do Sul em relação ao resto do Brasil: em 1973 era de 14,01%, já em 1980 decresceu para 11,62% e em 1989 foi de 9,74%, chegando em 1990 com 9,5%, e voltando a crescer em 1991 (10,18%).

Rebanho Leiteiro no Rio Grande do Sul - 1990

Discriminação	Nº de Cabeças	(%)
Machos (- 1 ano)	245.357	10,20
Fêmeas (- 1 ano)	252.814	10,51
Machos (1 - 2 anos)	158.520	6,59
Fêmeas (1 - 2 anos)	187.867	7,81
Vacas (+ 2 anos)	863.562	35,90
Novilhas (+ 2 anos)	206.870	8,60
Touros	60.618	2,52
Bois (Corte)	88.521	3,68
Bois (Trabalho)	341.335	14,19
Total	2.405.464	

Fonte: CCGL, 1992.

3.4 Organização de Produtores

A organização dos produtores é geralmente centralizada pelas empresas e cooperativas compradoras de seu leite. Por apresentar a característica de serem poucas empresas que dominam determinadas regiões do Estado, a organização e a assistência técnica estão muito relacionadas às empresas. Como suporte em todo o Estado é de se ressaltar a assistência prestada pela EMATER.

O setor leiteiro acostumado durante anos à tutela da União, pelo tabelamento dos preços do leite em todos os segmentos, tem alguma dificuldade de acostumar-se com a liberação dos preços a partir de 26 de setembro de 1991.

As reivindicações dos produtores são conduzidas pela FETAG, via Sindicatos Rurais, Associações de Produtores e Associações de Criadores das Raças Leiteiras (Holandesa e Jersey). A negociação para estabelecimento dos preços dá-se entre o SINDILAT (Sindicato das Indústrias de Laticínios) e a FETAG, representando os produtores.

A nível nacional, podemos dizer que o produtor rio-grandense está relativamente organizado, pois não só influi diretamente no estabelecimento do preço do leite, bem como está debatendo e assumindo posições claras quanto às questões de prazos de pagamento a nível de produtor e os concedidos aos varejistas. Também está na linha de frente quanto a problemas de sanidade do rebanho, qualidade do leite, qualificação e profissionalização do produtor.

3.5 Planilha de Custos - Brasil

A planilha de custos utilizada para as negociações no estabelecimento do preço do leite a nível de produtor é a elaborada pela EMBRAPA, com base nos coeficientes técnicos do sistema de produção de leite do Centro Nacional de Pesquisas de Gado de Leite (CNPGL), com preços coletados nos mercados regionais das Regiões Central, Sul e Sudeste.

Este sistema de produção é um conjunto de técnicas economicamente eficiente. O custo apurado pela planilha representa um limite mínimo na determinação do preço do leite "C", visto que os índices de nossos produtores geralmente estão abaixo dos considerados pela planilha.

3.5.1 Avaliação

O principal desequilíbrio encontrado, quando se comparam os custos de produção no Estado com os países integrantes do MERCOSUL, é a diferença existente nos preços de alguns importantes insumos para a produção leiteira. Em linhas gerais, os pesos de itens como alimentação e mão-de-obra são significativos em ambas as estruturas, mas como o preço dos insumos é bem maior aqui, o produtor brasileiro é mais onerado.

Como exemplo temos:

Preço em Dólar (US\$) - Insumos

Item	Brasil	Argentina	Uruguai
Ração vaca/sc. 40kg	8,9	4,00	4,50
Sal Mineral 25kg	24,00	24,25	22,00
Trator (62 HP)	35.863,00	21.000,00	19.100,00

A seguir um comparativo das estruturas de custos de que dispomos do Brasil e Argentina em dólar:

(Em US\$)

Especificações	Brasil	Argentina
1. Custos Variáveis (Concentrado, Mineral, Forragem, Silagem, Medicamentos, etc.)	0,264	0,105
2. Custos Fixos	0,065	0,047
3. Total Custos	0,329	0,152
4. (-) Venda Animais	0,069	0,035
5. Custo Total	0,265	0,117

Os preços médios praticados por litro de leite ao produtor, nos países do MERCOSUL, são os seguintes:

US\$ / Litro Leite	
Brasil	0,20
Argentina	0,15
Uruguai	0,16

Pelos custos disponíveis, verificamos que apesar de o produtor brasileiro receber um valor superior aos demais integrantes do MERCOSUL, por ter um custo superior, não consegue ter chance de capitalização na atividade.

4 COMERCIALIZAÇÃO

O Rio Grande do Sul conta com uma rede bem formada de postos de recebimento e resfriamento de leite, bem como com indústrias de transformação, abrangendo todas as regiões. Mesmo aquelas que não têm vocação para esta atividade, no caso onde predomina a criação de gado de corte, contam com indústrias leiteiras. Estas unidades industriais são de pequeno porte, basicamente suficientes para abastecer a população local de leite pasteurizado.

4.1 Rede de Recebimento e Beneficiamento de Leite

Como já abordado anteriormente, o Estado está muito bem estruturado para recebimento e beneficiamento de leite. A capacidade estática instalada é capaz de atender um crescimento em torno de 200% da produção atual de leite. Dispomos hoje de condições de receber 6.403.000 litros diários somando as empresas sob inspeção federal e estadual.

Unidades de Laticínios sob Inspeção do Ministério da Agricultura

Empresa	(%) Participação	Fábricas	Usinas com Recepção	Postos de Resfriamento
CCGL	53,00	02	05	26
CORLAC *	18,75	-	08	22
LACESA/PARMALAT	12,07	01	03	14
COSUEL	2,02	-	01	02
CAMAL	1,89	01	01	-
COSULATI	4,99	01	01	02
COAPEL	0,79	-	01	-
CAXIENSE	0,94	-	01	-
SANTA CLARA	1,97	-	01	02
IVOTI	1,81	-	01	-
OUTRAS	1,60	04	01	02
TOTAL		09	24	70

Obs.: (*) Instituição em processo de privatização e transformação em outras entidades.

Elaboração: CORLAC.

Fonte: Rio Grande do Sul. DFARA. 1993.

17 Usinas com capacidade estática de recebimento de 51.000 litros/dia.

4.2 Industrialização

4.2.1 Volumes Industrializados

Dados da produção "in natura", inspecionada e industrializada no Rio Grande do Sul.

(Em mil litros ou quilos)

Descrição	1988	1989	1991	1992
Leite in natura (1) (l)	1.342.084	1.396.564	1.540.492	1.663.731
Leite inspecionado cru (l)	621.943	622.108	672.077	734.421
Leite pasteurizado (l)	378.486	402.573	390.031	382.263
Leite reconstituído	18.138	24.369	18.695	10.824
Leite esterilizado (l)	19.148	22.798	32.130	55.883
Leite em pó (kg)	13.212	13.328	12.567	16.926
logurte (kg)	9.019	9.863	13.280	9.113
Crems (kg)	8.913	8.489	10.357	12.528
Manteiga (kg)	3.313	3.116	3.346	4.860
Doce de leite (kg)	2.584	2.316	2.325	2.940
Queijos (kg)	13.628	9.687	16.791	21.673
Requeijão (kg)	650	740	657	638

Obs.: (1) Produção estimada.
(2) Dados de 1990 prejudicados.

Fonte: Rio Grande do Sul. DFARA, 1993.

Elaboração: CORLAC.

4.2.2 Custo Industrial

Custo médio de diversos produtos, dolarizados em maio/93 (*)

Produto	Matéria-Prima	Custo Operacional	Custo Industrial
Leite C	0,21	0,08	0,29
Manteiga	0,85	0,66	1,51
logurte Polpa	0,31	0,65	0,96
Queijo Lanche	2,35	0,95	3,30
Creme	0,53	0,56	1,09
Leite em Pó	1,88	0,08	2,71

Obs.: (*) Dólar Comercial.

Fonte: CORLAC, 1993.

Elaboração: CORLAC.

4.3 Fluxos Geográficos

Fluxo de leite e derivados no Rio Grande do Sul em relação ao Uruguai, Argentina e demais Estados do Brasil.

4.3.1 Importação

Produção	Origem	Destino	Quantidade	
			1991	1992
Leite Fluido (litros)	Uruguai	Rio Grande do Sul	3.571.119	3.391.371
Leite em Pó (quilos)	Uruguai	Rio Grande do Sul	1.282.220	210.000
		Outros Estados	3.563.850	1.330.000
	Argentina	Rio Grande do Sul	313.000	143.000
		Outros Estados	6.176.636	266.990
Doce de Leite (quilos)	Uruguai	Rio Grande do Sul	40.513	20.590
		Outros Estados	2.016	-
	Argentina	Outros Estados	95.994	19.950
Creme de Leite (quilos)	Uruguai	Rio Grande do Sul	128.500	567.000
Manteiga (quilos)	Uruguai	Rio Grande do Sul	1.035.000	211.000
		Outros Estados	625.500	446.500
	Argentina	Rio Grande do Sul	80.000	20.000
		Outros Estados	372.956	-
Óleo de Manteiga (quilos)	Uruguai	Rio Grande do Sul	35.835	-
		Outros Estados	290.879	7.794
Queijos (quilos)	Uruguai	Rio Grande do Sul	2.252.472	481.800
		Outros Estados	2.749.330	171.000
	Argentina	Rio Grande do Sul	717.327	360.000
		Outros Estados	1.434.640	73.998

Fonte: Rio Grande do Sul. DFARA, 1993.
Elaboração: CORLAC.

4.3.2 Exportação

Produção	Origem	Destino	Quantidade (kg)	
			1991	1992
Leite Condensado	Outros Estados	Uruguai Argentina	5.688 146.400	8.535
Leite em Pó	Outros Estados	Argentina		1.067.561
Manteiga	Rio Grande do Sul	Argentina		200.000
Queijos	Rio Grande do Sul Outros Estados	Argentina Argentina Uruguai	94.759	100.000 324.254 8.052

Fonte: Rio Grande do Sul. DFARA, 1993.

Elaboração: CORLAC.

Analisando o fluxo de leite e derivados, o Estado tem servido como corredor de exportação e importação, entre outros Estados brasileiros e Países do Prata. Considerando as importações feitas pelo Rio Grande do Sul, é de se supor que sejam para transformação e revendas em sua grande maioria para os outros Estados, visto que, na situação atual, somos exportadores.

4.4 Sistema de Transporte

O sistema está assentado no transporte rodoviário, através de caminhões tanque, caminhões frigoríficos e isotérmicos para a circulação entre unidades de recepção, indústrias e pontos de venda.

A frota é operada pelas indústrias e por terceiros, não havendo pontos de estrangulamento.

4.5 Custo de Comercialização

4.5.1 Fretes

- Leite Cru: 2% a 3% do preço do consumidor
- Leite Pasteurizado: 12% do preço do consumidor
- Derivados: 8% a 17% do valor do produto

Nos itens Leite Pasteurizado e Derivados o frete corresponde ao custo de distribuição.

4.5.2 Comissão Varejista

- Leite Pasteurizado: 9,1% do preço do consumidor
- Derivados: produto faturado, sendo a margem de comercialização livre.

4.5.3 Carga Tributária

Produto	ICMS	COFINS	PASEP	Região (*)
Leite Fluido	Isento	2%	0,65%	1
	7%	2%	0,65%	2
	12%	2%	0,65%	3
Queijos	18%	2%	0,65%	1
	7%	2%	0,65%	2
	12%	2%	0,65%	3
Manteiga	7%	2%	0,65%	1 - 2
	12%	2%	0,65%	3
Leite em Pó	18%	2%	0,65%	1
	7%	2%	0,65%	2
	12%	2%	0,65%	3

(*) Regiões: 1) Rio Grande do Sul.

2) Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Espírito Santo.

3) Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro.

5 MERCADO

5.1 Mercado Estadual

Disponibilidade de Leite por Habitante

Localidade	Litros/hab.
Argentina	211
Uruguai	328
Paraguai	50
Brasil	92
Rio Grande do Sul	182

Considerando o consumo mínimo "per capita" recomendado pelo INAN, o Rio Grande do Sul teria um excedente de 330 milhões de litros por ano, incluindo o total de litros produzidos, ou seja, 1.663 milhões de litros. Neste comparativo há um fator de preocupação, já que teremos como concorrente no mercado nacional a produção da Argentina e do Uruguai.

5.2 Preços

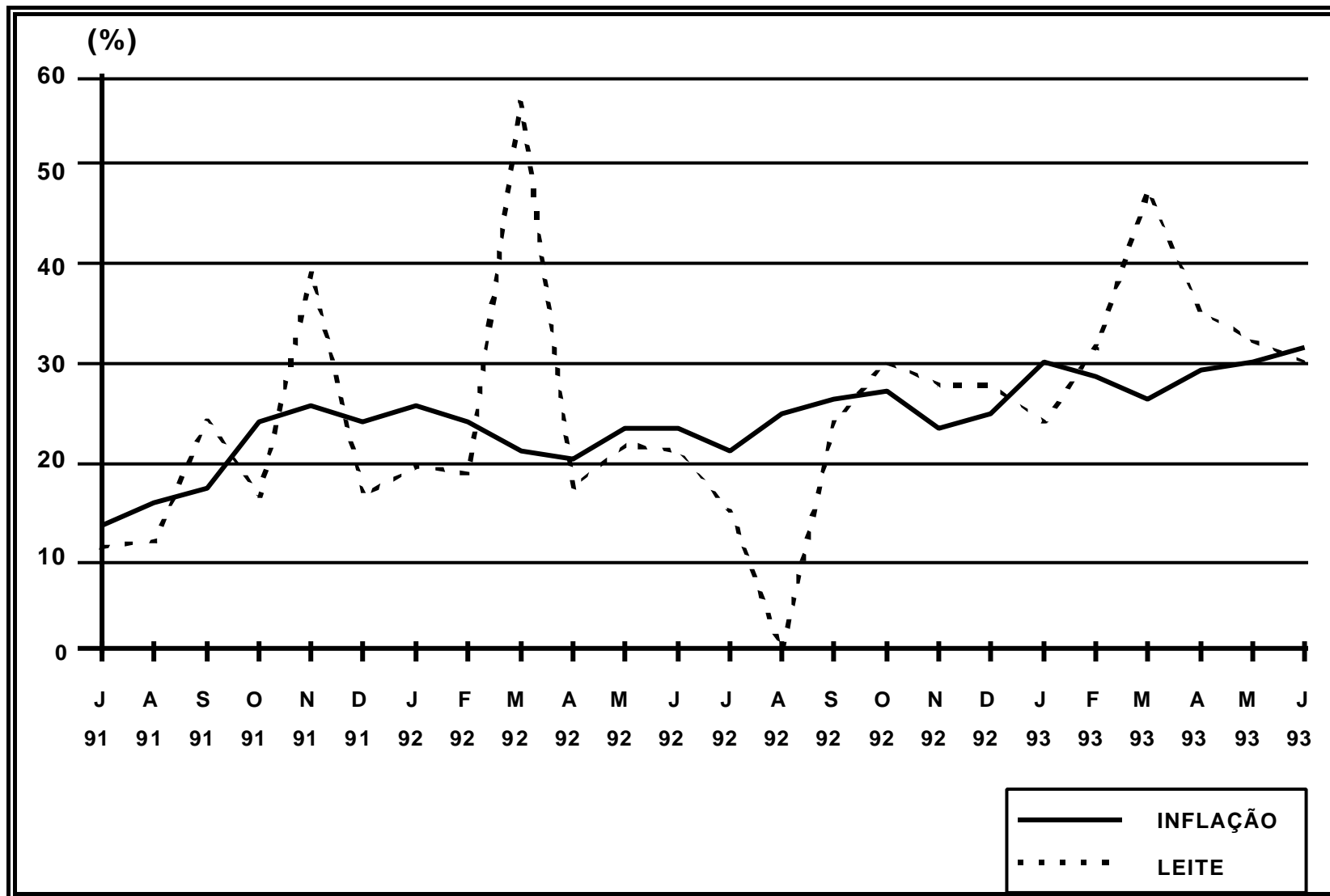
Evolução do Preço do Leite a Nível de Produtor

Mês/Ano	Inflação	Variação do Leite (%)	Valor/Litro Dólar (US\$)
Julho/91	13,31	11,02	0,21
Agosto/91	15,49	11,57	0,20
Setembro/91	16,87	23,32	0,18
Outubro/91	23,98	16,56	0,18
Novembro/91	25,36	39,13	0,19
Dezembro/91	23,80	16,12	0,18
Janeiro/92	25,70	19,48	0,17
Fevereiro/92	23,88	18,06	0,16
Março/92	20,86	56,43	0,20
Abril/92	20,10	17,07	0,20
Mai/92	23,13	21,08	0,20
Junho/92	23,11	20,68	0,20
Julho/92	20,45	14,02	0,19
Agosto/92	24,48	0,00	0,15
Setembro/92	26,13	24,47	0,15
Outubro/92	26,61	29,74	0,16
Novembro/92	22,74	26,92	0,16
Dezembro/92	24,75	27,27	0,17
Janeiro/93	30,08	23,81	0,16
Fevereiro/93	28,41	30,77	0,17
Março/93	26,25	47,05	0,20
Abril/93	28,83	35,00	0,21
Mai/93	29,70	31,85	0,21
Junho/93	31,49	29,21	0,21

Analisando a evolução do preço do leite a nível de produtor nos últimos 24 meses, constata-se que houve perdas do produtor em relação à inflação acumulada do período. A variação do leite foi de 17.582%, enquanto que a variação do índice considerado (IGP) foi de 18.395%. Também nos últimos 12 meses a variação do leite foi menor, tendo um acumulado de 1.628% e variação acumulada do IGP de 1.698%.

Mesmo que o preço do litro de leite se mantenha na média de US\$ 0,20, está abaixo do custo de produção e acima dos preços médios da Argentina e do Uruguai.

EVOLUÇÃO DO PREÇO DE LEITE



6 AÇÃO GOVERNAMENTAL

6.1 Normas de Classificação e Padronização de Embalagem

Este assunto é tema de debate na Federação Panamericana de Lecheria (FEPALE), que já realizou a quinta reunião privada de técnicos do setor lácteo do MERCOSUL. Das conclusões sairá um documento único para os órgãos governamentais de cada País para sua homologação.

6.2 Estrutura da Inspeção

- **Do Ministério da Agricultura, a nível Estadual:**

- Diretor Geral do Ministério da Agricultura - Divisão de Defesa Agropecuária.
- Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal.
- Seção de Operações Industriais.
- Serviço de Inspeção Federal (a nível de indústria).

Este serviço de inspeção está afeto às indústrias que têm comercialização a nível nacional e internacional.

- **Da Secretaria da Agricultura e Abastecimento:**

- Afeto às indústrias que somente comercializam a nível do Estado.

7 ASPECTOS DESFAVORÁVEIS E PROPOSTAS DE AÇÃO

- **Desorganização do Produtor**
 - a) Estimular o Associativismo em Cooperativas e Sindicato de produtores de leite.
 - b) Fortalecer e tornar atuante o Conselho do Leite.

- **Alto Custo de Produção**
 - a) Baixar o custo de frete de primeiro percurso através de coleta de leite resfriado em tanques isotérmicos.
 - b) Redução de impostos e taxas nos insumos.
 - c) Crédito para recuperação e formação de pastagens.
 - d) Incentivo para formação de condomínios de máquinas e equipamentos.
 - e) Proporcionar através de condomínios a instalação de pequenas fábricas de rações.
 - f) Controle eficiente na qualidade de insumos e principalmente em medicamentos e minerais.

- **Baixo Padrão Zootécnico do Rebanho**
 - a) Programas de melhoramento zootécnico através de inseminação artificial, transferência de embriões e touros comunitários em locais de difícil acesso.
 - b) Centros criatórios de terneiras de raça leiteira, oriundas de pequena propriedade.

- c) Privilegiar a Central Riograndense de Inseminação Artificial - CRIA para que possa realizar um eficiente programa de teste de progênie.

- **Qualidade da Matéria-Prima**

- a) Sistema de compra de leite por qualidade com remuneração diferenciada.
- b) Concorrência das indústrias por competência, sem prejudicar a qualidade.
- c) Fiscalização permanente a nível de produtor, indústria e varejo pelos órgãos competentes, cumprindo a legislação vigente.
- d) Campanhas institucionais de orientação e capacitação ao produtor.

- **Baixa Tecnologia da Propriedade**

- a) Criação de estação experimental exclusiva para geração de tecnologia ao produtor de leite e com modelo adequado às nossas condições.
- b) Integração das instituições de ensino com a assistência técnica, associações de produtores e indústria.
- c) Remuneração do produto pelo grau de tecnologia adotada a nível de propriedade.

- **Crédito Rural**

- a) Abertura de crédito compatível com a atividade que proporcione a melhoria de instalações, recuperação de solos, formação e melhoria de pastagens, estocagens de volumosos e concentrados, mecanização da propriedade, dotação de resfriamento, formação de núcleos de inseminação artificial.
- b) Abertura de crédito para que transportadores e indústrias implantem coleta de leite em tanques isotérmicos.

- **Comercialização**

- a) Que os excedentes de produção sejam adquiridos pelo governo para programas sociais e formação de estoques, desonerando as empresas de estocagem e não penalizando o produtor pelo preço do leite muito baixo na safra.
- b) Que a importação do leite em pó seja sempre sobretaxada, mesmo no âmbito de MERCOSUL.
- c) Campanha de valorização do leite e derivados produzidos no Rio Grande do Sul, combatendo a panacéia do estrangeirismo.

- **Assistência Técnica**

- a) Criação de instituto, mantido pelo Estado e Empresas, de apoio a programas estaduais de controle leiteiro, melhoramento genético, controle sanitário, sistemas de alimentação, gerenciamento de propriedades, etc.
- b) Através de resultados de pesquisa da estação experimental leiteira, nivelar técnicos de campo com cursos e treinamentos permanentes.
- c) Dos tributos gerados pela comercialização do leite e derivados, seja destinada parte para pesquisas e programas de capacitação do produtor.

8 CONCLUSÃO

Sendo o Rio Grande do Sul o estado que maior integração terá com os principais produtores de leite do MERCOSUL, certamente será o que estará mais vulnerável a possíveis desequilíbrios no sistema produtivo e comercial. Evidentemente que para o Uruguai é a grande alternativa e para a Argentina, a possibilidade de expansão de sua bacia leiteira. Estes países, por estarem melhor organizados e preparados para o comércio exterior de laticínios, por tradição, produtividade e marketing muito bem montado sobre a qualidade de seus produtos, nos levam a grau máximo de preocupação do setor leiteiro gaúcho, que tem como base de formação o pequeno produtor. Este produtor depende da atividade leiteira como meio de manutenção familiar.

Preocupa também a formação de empresas binacionais, associações de outras e até instalação de multinacionais no CONESUL, que terão boas oportunidades comerciais, porém o produtor estaria à mercê de conveniências cambiais e preços com que na situação atual não teria como competir.

Urge, pois, que medidas e ações sejam tomadas de imediato, para capacitação do produtor, organização do setor primário e até mesmo que no âmbito comercial seja prorrogado o prazo de livre comércio. No que concerne à capacidade de recebimento e industrialização, nossas indústrias estão muito bem estruturadas, tanto na diversificação de produtos como na qualidade dos mesmos.

Não seria interessante para a economia rio-grandense que deixássemos de ser o terceiro maior produtor de leite do Brasil, e passássemos a ser um corredor de produtos lácteos ou então fabricante de derivados do leite platino. Em ocorrendo tal estado extremo, certamente nos defrontaríamos com enormes problemas sociais.

9 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

CORLAC. **Dados Estatísticos**. Porto Alegre, 1993.

CCGL. Custo de Produção do Leite. **Ano Leiteiro**. Porto Alegre, v.4, p.12, ago. 1992.

CCGL. Dados Estatísticos. **Ano Leiteiro**. Porto Alegre, v.3, p.22, ago. 1991.

CCGL. Produção Brasileira do Leite. **Ano Leiteiro**. Porto Alegre, v.4, p.23-24, ago. 1992.

IICA; FAO. Relatório das Jornadas Técnicas do Instituto Interamericano de Coöperacion para la Agricultura. **Informe Agro-econômico**, OCEPAR, n. 178, 1992.

RIO GRANDE DO SUL. Ministério da Agricultura. Delegacia Federal de Agricultura e Reforma Agrária. **Dados Estatísticos**. Porto Alegre, 1992.

RIO GRANDE DO SUL. Delegacia Federal de Agricultura e Reforma Agrária. SIP. **Dados Estatísticos**. Porto Alegre, 1993.

PUBLICAÇÕES DA SÉRIE REALIDADE RURAL

- Volume 1 -** O setor Primário do Rio Grande do Sul - Diagnóstico e Perspectivas Sócio-Econômicas (Resumo Geral).
- Volume 2 -** O Setor Primário do Rio Grande do Sul - Diagnóstico e Perspectivas Sócio-Econômicas (Análises Setoriais).
- Volume 3 -** O Setor Primário do Rio Grande do Sul - Diagnóstico e Perspectivas Sócio-Econômicas (Análises por Atividades).
- Volume 4 -** A Incorporação de Pequenos e Médios Produtores no Processo de Integração do MERCOSUL.
- Volume 5 -** Lã e Carne Ovina: O MERCOSUL, Frente aos Maiores Produtores Mundiais.
- Volume 6 -** Sojicultura Rio-Grandense - Panorama Setorial/MERCOSUL.
- Volume 7 -** O Panorama Setorial da Bovinocultura de Corte Gaúcha no Processo de Integração do MERCOSUL. 2ª edição.
- Volume 8 -** O Panorama Setorial da Triticultura Gaúcha no Processo de Integração do MERCOSUL.
- Volume 9 -** A Suinocultura Rio-Grandense: um Panorama Setorial no MERCOSUL.
- Volume 10 -** O Panorama Setorial do Feijão no Processo do MERCOSUL.
- Volume 11 -** Acompanhamento Técnico das Lavouras de Soja Assistidas pela EMATER/RS - 1992/93.
- Volume 12 -** O Panorama Setorial da Cultura da Maçã no Processo de Integração do MERCOSUL.
- Volume 13 -** A Cultura do Pêssego no Rio Grande do Sul, no Processo de Integração do MERCOSUL.
- Volume 14 -** Diagnóstico Agroeconômico da Cebola no Rio Grande do Sul.
- Volume 15 -** Diagnóstico do Setor Pesqueiro no Rio Grande do Sul.
- Volume 16 -** Acompanhamento Técnico das Lavouras de Soja Assistidas pela EMATER/RS - 1993/94.
- Volume 17 -** Diagnóstico do Setor Leiteiro do Rio Grande do Sul no Âmbito do MERCOSUL.